

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 20 de outubro de 2025 às 07h45*  
*Seleção de Notícias*

Agência Estado - Broadcast | BR

Marco regulatório | INPI

FarmaBrasil: Laboratórios estrangeiros já moveram 68 ações judiciais para prorrogar patentes 4  
FAVOR

Blog do Ancelmo Gois - Globo Online | BR-RJ

18 de outubro de 2025 | Direitos Autorais

'Tô de olho': Aristas lançam campanha sobre projeto de lei que trata de direitos autorais e 5  
regulação de IA .....  
ANCELMO GOIS | AUTOR

CenárioMT online | BR-MT

Marco regulatório | INPI

Café arábica da Nova Alta Paulista recebe selo de indicação geográfica ..... 6  
ESCRITO POR

Jota Info | BR

18 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

O papel do Judiciário na repressão ao 'banco de marcas' ..... 7

18 de outubro de 2025 | Marco regulatório | INPI

Lições da China para o aumento da eficiência no exame de marcas no Brasil ..... 8

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

OpenAI bloqueia geração de vídeos de Martin Luther King Jr. após família exigir controle sobre 10  
uso de IA .....  
MSN

O Estado de S. Paulo | BR

18 de outubro de 2025 | ABPI

Coluna do Estadão ..... 12  
COLUNA DO ESTADÃO | KLEBER SALES

O Globo Online | BR

18 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

Populares na internet, 'reacts' resultam em ações judiciais, vídeos derrubados e disputas por 14  
direitos autorais .....  
ÚLTIMAS NOTÍCIAS | PÂMELA DIAS

IstoÉ Online | BR

19 de outubro de 2025 | Propriedade Intelectual

<b>Indígenas criticam apropriação cultural em adornos gaúchos . . . . .</b>	<b>17</b>
ÚLTIMAS	

Agência Senado | BR

Entidades

<b>CAS debate incorporação de novas tecnologias no setor de saúde . . . . .</b>	<b>20</b>
NOTÍCIAS	

A Gazeta Online - ES | BR-ES

Marco regulatório | INPI

<b>Parceria entre produtor rural e Ifes resulta em tecnologias agrícolas com pedidos de patente . . . .</b>	<b>22</b>
---	-----------

Folha do Estado Online | BR-BA

Propriedade Intelectual

<b>Brasil e Índia firmam parceria para ampliar produção de vacinas . . . . .</b>	<b>24</b>
--	-----------

## FarmaBrasil: Laboratórios estrangeiros já moveram 68 ações judiciais para prorrogar patentes

Por Lavínia Kaucz

Brasília, 17/10/2025 - O número de ações judiciais movidas por laboratórios estrangeiros que buscam prolongar a validade de patentes de medicamentos chegou a 68, um aumento de 25% nos últimos dois anos, de acordo com levantamento realizado pelo Grupo FarmaBrasil. A associação representa 12 dos principais laboratórios nacionais.

Os pedidos buscam flexibilizar uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de 2021 que proibiu a prorrogação dos prazos de **patentes** em caso de demora na análise do pedido pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**). A Corte decidiu que, no caso de produtos farmacêuticos, a decisão teria efeitos retroativos. Portanto, a partir do julgamento, **patentes** de medicamentos que já haviam ultrapassado o prazo de 20 anos perderam validade.

Desde a decisão do Supremo, laboratórios passaram a acionar a Justiça para tentar aumentar a validade de patentes sob o argumento de que o prazo de 20 anos não foi efetivamente cumprido. Uma das principais reclamações é o tempo de análise do poder público até a concessão. Segundo o Grupo FarmaBrasil, a Justiça já proferiu 36 sentenças contrárias a pedidos de prorrogação.

Enquanto estão vigentes, as patentes impedem a produção de versões genéricas, que são mais acessíveis. Um estudo do Instituto Esfera, em parceria com a EMS, aponta que os preços de medicamentos oncológicos de alto custo caíram cerca de 20% após a decisão do Supremo.

Contato: lavinia.kaucz@estadao.com

## 'Tô de olho': Aristas lançam campanha sobre projeto de lei que trata de direitos autorais e regulação de IA



criadores originais não recebem nada em **direitos** autorais.

Inteligência Artificial estaria sendo usada para vem sendo usada para gerar novas criações que não são totalmente originais

Um grupo de artistas, entre eles Chico Adnet e Danilo Caymmi, lança no dia 25 a campanha "Tô de Olho" sobre o Projeto de Lei 2338/2023, que trata dos **direitos** autorais e da regulação da IA (Inteligência Artificial) em tramitação no Congresso.

Para o grupo, um dos problemas é que a Inteligência Artificial vem sendo usada para gerar novas criações - que não são totalmente originais, já que se alimentam de composições existentes. Com isso, os

## Café arábica da Nova Alta Paulista recebe selo de indicação geográfica



O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) vem estimulando diversos grupos de produtores a obter o selo de Indicação Geográfica (IG), considerado um diferencial de mercado. No dia 7 de outubro, mais um reconhecimento foi conquistado pelo agro brasileiro: a IG do Café da Nova Alta Paulista, região situada no oeste do Estado de São Paulo.

O uso do selo é autorizado pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**Inpi**). Esta foi a 11ª IG paulista e a sexta ligada à cafeicultura no Estado. No site do Mapa é possível acompanhar todas as **indicações** geográficas registradas e o trabalho de fomento desenvolvido pelo Ministério.

O reconhecimento é válido para os 30 municípios que compõem a região, embora apenas 23 ainda cultivem café atualmente. Caso produtores das sete cidades que hoje não produzem retomem o plantio e sigam as regras previstas no caderno de especificações, poderão ser incorporados à IG. A documentação foi elaborada para deixar essa possibilidade em aberto.

O superintendente da Agricultura e Pecuária em São Paulo, Estanislau Steck, destacou que a Nova Alta Paulista foi uma das últimas fronteiras agrícolas colonizadas no Estado, juntamente com a Alta Araquarense. Após a segunda metade do século 20, o café foi o principal responsável pelo de-

seenvolvimento da Nova Alta Paulista, mas sofreu fortemente com a geada de 1975, que destruiu cafezais. "O vínculo histórico entre a região e os pioneiros proprietários e colonos até hoje é forte em função das dificuldades que enfrentaram", afirmou.

O Mapa emitiu o Instrumento Oficial de Delimitação Geográfica, documento que define o território da IG. As 23 cidades contempladas neste primeiro momento são: Adamantina, Arco-Íris, Dracena, Flórida Paulista, Herculanópolis, Iacri, Inúbia Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Mariápolis, Monte Castelo, Nova Guataporanga, Osvaldo Cruz, Ouro Verde, Pacaembu, Parapuã, Rinópolis, Sagres, Salmourão, São João do Pau d'Alho, Tupã e Tupi Paulista.

Mais de cem produtores já manifestaram interesse em dar continuidade ao trabalho de valorização do produto e do território. A região abriga cerca de 400 mil pessoas, e a estimativa é que existam mais de mil cafeicultores.

A gestão da IG ficará a cargo da Associação dos Produtores Rurais de Pacaembu e Região (Aprup), que prevê desenvolvimento e crescimento para toda a região, com agregação de valor ao produto e às terras onde o café é cultivado.

Concursos de qualidade de café foram retomados recentemente na região. Eles ocorreram entre 2012 e 2015, ficaram interrompidos até 2022 e retornaram em 2023, já durante o processo de reconhecimento. A cada ano, aumenta o número de amostras classificadas como cafés especiais.

## O papel do Judiciário na repressão ao 'banco de marcas'



Decisão recente reforça que proteção marcária deve estar a serviço do interesse social e da boa-fé concorrencial, contra banco de marcas

A recente decisão da Justiça Federal que determinou a suspensão de 176 registros de marcas da empresa Romper, em ação movida pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), reafirma a coerência do sistema marcário, ao reconhecer que o registro deve corresponder a um uso efetivo e legítimo da marca, impedindo que seja utilizado como instrumento especulativo.

A marca é um sinal distintivo destinado a individualizar produtos e serviços no mercado, exercendo também uma função social e concorrencial. A proteção marcária não existe apenas em favor do titular, mas em defesa da ordem econômica e do consumidor, garantindo um ambiente de competição leal. Assim, o sistema de marcas assegura não só prerrogativas, mas impõe deveres. A suspensão em massa dos registros da Romper evidencia a necessidade de coibir práticas conhecidas como "banco de marcas", nas quais sinais são registrados sem finalidade real de uso, muitas vezes para fins especulativos ou de bloqueio estratégico da concorrência.

O ordenamento jurídico brasileiro é claro ao vincular o direito de exclusividade ao uso efetivo e lícito da

marca. O artigo 128, §1º, da Lei nº 9.279/1996 (Lei da **Propriedade** Industrial - LPI) estabelece que apenas quem exerce atividade legítima no mercado pode requerer o registro. Já o artigo 143 prevê a caducidade quando o sinal não é utilizado por cinco anos consecutivos, salvo razões legítimas. Esses dispositivos demonstram que o legislador buscou garantir que a marca cumpra sua função social, distinguindo produtos e serviços de forma concreta e evitando seu uso como mero ativo especulativo.

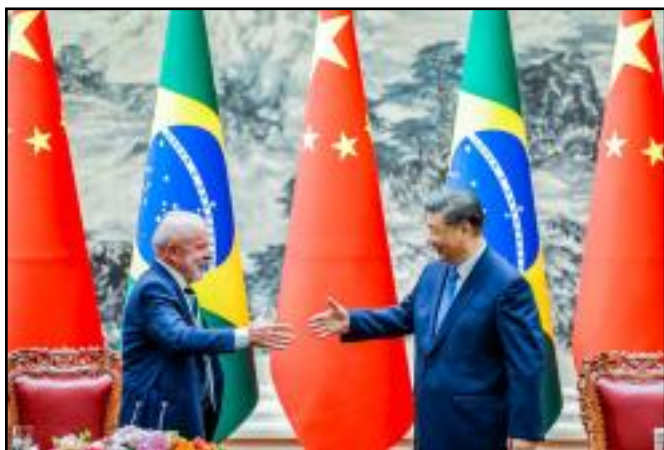
A prática do "banco de marcas" distorce o equilíbrio concorrencial, dificulta a entrada de novos agentes e sobrecarrega o **INPI**, que precisa administrar um volume expressivo de registros sem aplicação prática. Além disso, gera insegurança jurídica para empresas que atuam de boa-fé, ampliando o risco de colisões entre marcas inativas e novos empreendimentos legítimos.

A decisão judicial que suspendeu os registros da Romper evidencia a importância do controle institucional sobre esse tipo de conduta. Diante das provas apresentadas pelo **INPI**, que demonstraram a ausência de uso efetivo em centenas de registros, o Judiciário reconheceu o risco à integridade do sistema e interveio para restabelecer a coerência entre registro e uso real, atuando de forma complementar ao **INPI**, suprimindo lacunas que o procedimento administrativo nem sempre consegue enfrentar.

Ao coibir o uso especulativo de marcas, o **INPI** e o Poder Judiciário reafirmam que a proteção marcária deve estar a serviço do interesse social e da boa-fé concorrencial. Esse entendimento está em consonância com o artigo 5º, inciso XXIX, da Constituição Federal, que assegura a proteção da **propriedade** industrial em prol do desenvolvimento econômico e tecnológico.



## Lições da China para o aumento da eficiência no exame de marcas no Brasil



Como o modelo tecnológico chinês de exame rápido pode inspirar o **INPI**

Nos últimos cinco anos, a China transformou a forma de examinar pedidos de registro de marca. O CNIPA (China National Intellectual Property Administration), responsável pelo recebimento e processamento de pedidos de registro de marca, reduziu drasticamente o tempo médio de análise, de quase um ano para, em alguns casos, três meses. Essa aceleração não veio apenas com mais pessoal, mas com tecnologia, gestão de dados e novos mecanismos de controle de qualidade, o que pode servir de exemplo e inspiração para aumento da eficiência do **INPI** (**Instituto** Nacional de Propriedade Industrial) na análise de pedidos de registro de marca no Brasil.

Conheça o JOTA PRO Poder, plataforma de monitoramento que oferece transparência e previsibilidade para empresas

É sabido que, apesar dos últimos planos bienais instituídos no âmbito da ENPI (Estratégia Nacional de **Propriedade** Intelectual), que trouxeram avanços significativos, o **INPI** ainda enfrenta prazos longos e gargalos estruturais, o que leva o exame de pedidos de registro marcários, muitas vezes, a serem concluídos após anos do depósito, comprometendo a proteção do ativo intelectual e, muitas vezes, os ne-

gócios do titular da marca. Observar o que e como a China fez pode oferecer caminhos concretos para modernizar o sistema brasileiro sem comprometer a qualidade das decisões.

Entre as medidas adotadas pelo CNIPA, destacam-se o uso intensivo de ferramentas de inteligência artificial para triagem e análise preliminar de similaridade, reduzindo o tempo gasto em buscas manuais e apoiando a uniformização de decisões. Sistemas de reconhecimento de imagem, processamento de linguagem natural e aprendizado de máquina passaram a auxiliar os examinadores, liberando-os para tarefas de maior complexidade jurídica. A integração de tais soluções, ainda que de forma gradual e experimental, seria compatível com as metas da ENPI 2025-2027, que já prioriza a digitalização e a automação de processos.

Outra medida relevante foi a criação de indicadores públicos de desempenho e painéis de monitoramento do tempo médio de exame, que permitem ao público e aos usuários acompanhar, em tempo real, a evolução da eficiência administrativa. Essa política de transparência reforça o comprometimento institucional e incentiva a cultura de metas na rotina do **INPI**. A adoção de painéis semelhantes no Brasil, integrados ao portal do governo e alinhados aos objetivos da ENPI 2025-2027, poderia fomentar tanto a cobrança social por resultados quanto a valorização do corpo técnico da autarquia.

Inscreva-se no canal do JOTA no Telegram e acompanhe as principais notícias, artigos e análises!

Também merece destaque a existência de um canal formal de exame acelerado, regulamentado e recentemente detalhado por meio de um FAQ disponibilizado pela própria autoridade chinesa aos usuários, que esclarece critérios, prazos e hipóteses de aplicação para acelerar pedidos de marcas em se-



Continuação: Lições da China para o aumento da eficiência no exame de marcas no Brasil

tores estratégicos ou ligados à inovação. Nesse caso, a autarquia brasileira instituiu, desde agosto, as portarias **INPI/PR** n°s 27, 28 e 29 de 25 de julho de 2025, que regulamentam o trâmite prioritário no exame de marcas, com vista a aprimorar a eficiência institucional e alinhar os processos internos a políticas públicas de inovação e inclusão. Mesmo limitada, inicialmente, a 1.200 requerimentos até o fim de 2025, e sem a mesma abrangência estratégica do CNIPA - que engloba aceleração de pedidos de setores estratégicos, eventos de relevância nacional ou inovação tecnológica - a iniciativa do **INPI** denota a busca pela eficiência e previsibilidade do seu sistema de exame marcário.

De modo mais amplo, a experiência chinesa demonstra que a aceleração de prazos depende tanto de gestão quanto de tecnologia, não se ignorando que a aplicação de determinadas propostas ao cenário brasileiro pode esbarrar em limitações de pessoal. Para outras iniciativas de automação e uso de softwares de inteligência artificial, entretanto, o Brasil dispõe de plena capacidade para redesenhar fluxos, revisar critérios de priorização e investir em transparência de

dados. O País já dispõe de uma base digital sólida, fruto da modernização do **INPI** nos últimos anos, e o desafio agora é dar um salto qualitativo, adotando sistemas preditivos e instrumentos de exame inteligente, além de metas públicas específicas para marcas, a exemplo do que a ENPI estabeleceu para patentes.

Inscreva-se no canal do JOTA no Telegram e acompanhe as principais notícias, artigos e análises!

Em última análise, a lição chinesa não é apenas sobre velocidade, mas sobre governança e previsibilidade. Ao alinhar eficiência administrativa com critérios objetivos e uso estratégico da tecnologia, o CNIPA conseguiu transformar o exame de marcas em um processo ágil e confiável. Seguir nessa direção exigirá, no Brasil, compromisso institucional e coordenação entre **INPI**, governo e sociedade, para que o sistema marcário se torne não apenas mais rápido, mas também mais justo, transparente e capaz de acompanhar a dinâmica da economia digital.

# OpenAI bloqueia geração de vídeos de Martin Luther King Jr. após família exigir controle sobre uso de IA

A OpenAI decidiu suspender imediatamente a criação de vídeos gerados por IA do líder dos direitos civis Martin Luther King Jr. em sua plataforma Sora, depois que usuários produziram conteúdos considerados desrespeitosos pela família do ativista. A medida veio a pedido do King Estate, Inc., entidade que administra o legado de MLK, e marca uma reviravolta na estratégia inicial da empresa de liberar deepfakes de figuras históricas sem restrições.

O caso expõe uma das questões mais espinhosas da era da IA generativa: quem controla a imagem digital de pessoas falecidas quando a tecnologia permite recriar qualquer um com realismo assustador. A polêmica que forçou a mudança

Segundo relatos do Washington Post, alguns usuários do Sora criaram vídeos mostrando Dr. King fazendo sons de animais e até brigando com Malcolm X - conteúdos que cruzaram todas as linhas éticas imagináveis. Bernice King, filha de MLK, precisou recorrer ao Instagram para implorar que parassem de enviar vídeos gerados por IA de seu pai, demonstrando o impacto emocional da situação.

A reação do King Estate foi rápida. Em comunicado conjunto publicado no X, a OpenAI reconheceu: "Alguns usuários geraram representações desrespeitosas da imagem do Dr. King". A empresa pausou todas as gerações de vídeos do ativista enquanto trabalha para reforçar as proteções para figuras históricas. Reviravolta na política de deepfakes

A declaração da OpenAI representa uma mudança significativa em relação à abordagem "lançar primeiro, moderar depois" que tornou a empresa famosa. "Embora existam fortes interesses de liberdade de expressão na representação de figuras históricas, a OpenAI acredita que figuras públicas e suas famílias devem, em última análise, ter controle

sobre como sua imagem é usada", afirmou a companhia.

Agora, representantes autorizados ou administradores de espólios podem solicitar que a imagem de seus entes queridos seja bloqueada na plataforma Sora. Mas essa política levanta uma questão inevitável: por que essa proteção não foi implementada desde o início?

Olivia Gambelin, especialista em ética de IA e autora entrevistada pela BBC, criticou duramente a estratégia da OpenAI. "Essa estratégia de tentativa e erro não era apropriada para introduzir tal tecnologia", disse ela, destacando que a capacidade de criar deepfakes de figuras falecidas não apenas demonstra "falta de respeito", mas também representa riscos significativos para a capacidade do público de distinguir conteúdo real de fabricado. Outros casos acendem o debate

Martin Luther King Jr. não é o único alvo. Zelda Williams, filha do falecido comediante Robin Williams, também pediu publicamente que parassem de enviar vídeos gerados por IA de seu pai. A plataforma continua repleta de representações de Bob Ross, Whitney Houston e JFK, entre outras personalidades.

O caso também remete à controversa situação envolvendo Scarlett Johansson, que acusou a OpenAI de usar uma voz similar à sua - do filme "Her" - no ChatGPT. Após as declarações da atriz, a empresa removeu a voz do serviço. Sora: crescimento explosivo e controvérsias

Lançado no final de setembro, o Sora já ultrapassou 1 milhão de downloads em apenas cinco dias, atingindo esse marco mais rapidamente que o próprio ChatGPT, segundo Bill Peebles, responsável pela plataforma. A ferramenta permite criar vídeos curtos de IA a partir de prompts de texto e também oferece o

Continuação: OpenAI bloqueia geração de vídeos de Martin Luther King Jr. após família exigir controle sobre uso de IA

recurso "Cameos", que possibilita que pessoas vivas autorizem o uso de sua imagem em vídeos adicionais.

Mas o crescimento vertiginoso trouxe desafios proporcionais. O rápido aumento de vídeos gerados por IA disparou debates sobre desinformação, violações

de **direitos** autorais e a enxurrada de conteúdo de baixa qualidade que entope feeds de redes sociais. A própria Motion Picture Association (MPA) de Hollywood pressionou a OpenAI para corrigir rapidamente seu mecanismo de opt-out de **direitos** autorais.

## Coluna do Estadão

COLUNA DO ESTADÃO



### Coluna do Estadão

Planalto duvida que Senado barre Messias no STF, apesar de forte pressão por Pacheco

Apesar da pressão para que o presidente Lula indique o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para o STF, o Planalto duvida que o Senado barre o nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, que deve ser o escolhido para a vaga. Por meio de interlocutores, o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), fez chegar ao governo que Pacheco teria em torno de 60 votos, enquanto a aprovação de Messias não seria garantida. Mas aliados de Lula estão céticos sobre esse cenário. "A indicação é prerrogativa exclusiva do presidente. Não acho que o Senado vai interferir nisso", disse a ministra das Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, à Coluna. A última vez em que o Senado rejeitou indicação para o STF foi na gestão Floriano Peixoto (1891-1894), no começo da República.

CONEXÕES. Messias foi quem articulou a reunião no Planalto entre Lula e o bispo Samuel Ferreira, da abpi.empauta.com

Assembleia de Deus de Madureira, que em 2022 pediu votos a Bolsonaro. "Na transição, Messias me procurou. Ele foi uma ponte para sair da polarização", disse à Coluna o deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP), que acompanhou a visita.

GRATIDÃO. O parlamentar também aponta outro motivo para a boa relação com o governo Lula: em 2021, na gestão Bolsonaro, tanto Messias quanto o agora líder do governo no Senado, Jaques Wagner (P-T-BA), trabalharam para aprovar a indicação de André Mendonça para o STF.

GARUPA. Na gestão Bolsonaro, Cezinha era chefe da bancada evangélica na Câmara e vice-líder do governo no Congresso. Já andou na garupa de Bolsonaro em uma motociata e era recebido pelo então presidente no Planalto até fora da agenda oficial.

RETRATO. Antes da derrota de Bolsonaro para Lula nas urnas em 2022, Cezinha exibia na sala de seu apartamento funcional, em Brasília, um retrato como então presidente em uma motociata que ocorreu em 12 de junho de 2021. O evento, em São Paulo, aconteceu em um período crítico da pandemia de covid-19.

ACORDO... O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, avançou, em reuniões na Índia, nas negociações para um acordo com aquele país sobre a indústria de defesa. Em fase final, a parceria envolve desenvolvimento, produção e comercialização de produtos bélicos.

... INTERNACIONAL. Alckmin e o ministro da Defesa, José Múcio, se reuniram com o chefe da Defesa indiano, Rajnath Singh. Um memorando vai definir as bases do acordo, que deve ser assinado no começo de 2026, quando o presidente Lula visitará a Índia.

ALERTA. O governo anunciou em agosto in-

Continuação: Coluna do Estadão

vestimento de R\$ 22 bilhões em IA até 2028, no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA). No entanto, o conselheiro da **Associação** Brasileira da Propriedade Intelectual (**ABPI**), Ticiano Gadelha, diz que a verba pode virar "lucro alheio" sem regras para proteger a **propriedade** intelectual.

DICA. "Não adianta investir bilhões em tecnologia e abrir mão de proteger quem cria", diz Gadelha. Para ele, startups nacionais sofrerão insegurança jurídica, enquanto big techs se fortalecem sem contrapartida econômica.

PRONTO, FALEI!

Raquel Reis CEO SulAmérica Saúde e Odonto

"Expandir a saúde suplementar é essencial para aliviar o SUS e ampliar o acesso. Mas isso só será possível com empresas, operadoras e sociedade unidas."

CLICK

Fernando Torres Garcia Presidente do TJSP

Com o artista Diego de Oxóssi, durante a instalação inédita de um machado sagrado do Candomblé na sede do TJSP. A obra celebra a cultura afro-brasileira.

}

# Populares na internet, 'reacts' resultam em ações judiciais, vídeos derrubados e disputas por direitos autorais

ÚLTIMAS NOTÍCIAS



Formato que serve como uma espécie de companhia digital para assistir e comentar tudo junto com influenciadores muitas vezes vêm recheado de deboche e humor

Reações espontâneas, comentários afiados, análises sérias, um toque de humor, e, às vezes, uma pitada de deboche. Os vídeos de react se tornaram um dos formatos preferidos da internet - uma espécie de companhia digital para assistir e comentar tudo junto com o influenciador da vez. Mas o que começou como brincadeira vem esbarrando cada vez mais em notificações extrajudiciais, vídeos derrubados e disputas por direitos autorais. Uma briga recente reacendeu o debate sobre os limites do react na internet. Em lados opostos estão o jornalista e advogado Benoni Mendes, conhecido como Ben e criador do quadro Ronda do Consumidor no YouTube, e o streamer Bruno Moreira, o popular Brino, do canal BruninZor. Com mais de 6 milhões de inscritos e cerca de 3 bilhões de visualizações, Brino passou a publicar uma série de vídeos reagindo ao conteúdo de Ben, que tem um canal focado na mediação de conflitos entre consumidores e empresas. Apesar de inicialmente trocarem mensagens amistosas e até divulgarem uma relação de amizade, a situação mudou quando Ben descobriu que Brino repassava 50% dos lucros obtidos com reacts a

emissoras de TV, mas se recusava a fazer o mesmo com seu conteúdo. Incomodado, o jornalista decidiu tornar pública a insatisfação. Posteriormente, o advogado de Brino chegou a oferecer 25% da monetização como compensação, mas a proposta foi classificada como ofensiva pelo criador do Ronda do Consumidor. - Se o senhor não quiser enfrentar a Justiça, vai ser honesto com o seu público e pagar os direitos autorais. Dar a nós o mesmo direito que dá às emissoras - disse Ben em um pronunciamento sobre o caso, que classificou como "parasitismo". Brino não rebateu a declaração explicitamente. O GLOBO procurou os dois influenciadores para comentar o ocorrido, mas não obteve retorno até a publicação desta reportagem.

Os vídeos em que Brino reagia à Ronda do Consumidor foram removidos do canal BruninZor. Dilemas legais O react se tornou um dos formatos mais populares em plataformas como YouTube, TikTok e Instagram. Criadores acumulam milhões de visualizações reagindo a vídeos de humor, discursos políticos, clipes musicais ou produções jornalísticas. Alguns dos maiores canais chegam a faturar dezenas de milhares de reais por mês apenas com esse tipo de conteúdo. Embora amplamente aceito na internet, o formato levanta polêmica, já que sua legalidade depende do respeito aos direitos autorais e ao caráter transformativo do material. De acordo com o advogado especialista em direito digital Daniel Blanck, a legislação brasileira permite exceções aos direitos do autor quando há crítica, comentário ou paródia, desde que o uso seja justificado, proporcional e não substitua a obra original. Isso significa que o react precisa trazer valor novo, como uma análise crítica ou humorística, e não apenas reproduzir o conteúdo alheio com pequenas intervenções.

- Mesmo que o vídeo esteja acessível ao público na internet, isso não autoriza qualquer pessoa a utilizá-lo indiscriminadamente, especialmente com fins lu-

Continuação: Populares na internet, 'reacts' resultam em ações judiciais, vídeos derrubados e disputas por direitos autorais

crativos - afirma o advogado. No Brasil, diferentemente do que ocorre nos Estados Unidos com a doutrina do fair use (uso justo, na tradução), a legislação não prevê de forma expressa o uso flexível de conteúdos de terceiros. O fair use permite, em determinados casos, a utilização de obras protegidas por **direitos** autorais sem necessidade de autorização prévia, desde que ela seja considerada transformativa e não prejudique os interesses do autor original. Conforme explica Blanck, por aqui o criador original pode ajuizar ação judicial caso entenda que sua obra foi utilizada de forma indevida. Isso inclui situações em que o react exhibe o vídeo integralmente e gera lucro sem autorização - como no caso da disputa entre Brino e Ben Mendes - ou quando há exposição negativa do influenciador.

Além de alegar violação de direitos autorais, o autor pode também pedir indenização por danos morais se considerar que houve ofensa à sua imagem, honra ou reputação. - O fato de um vídeo de react conter comentários ou críticas não elimina automaticamente a possibilidade de responsabilização judicial. O criador original tem o direito de não concordar com o uso de sua obra, sobretudo se entender que houve prejuízo moral ou financeiro. Ainda que o react esteja dentro da chamada "transformação", a monetização por terceiros pode ser questionada judicialmente, e caberá ao Judiciário avaliar se houve uso legítimo ou abuso - aponta o advogado. No universo dos streamers, há quem acredite que as reações prejudicam a visibilidade dos vídeos originais e desviam a audiência. Por outro lado, produtores como a youtuber e podcaster Jennifer Prioli defendem que os vídeos funcionam como vitrine, ajudando a divulgar e ampliar o alcance do conteúdo.

Ex-bancária, ela conta que viu seu canal crescer quando passou a investir no formato de react. Hoje, Jenny, como é chamada, acumula mais de 117 mil inscritos. - O react virou uma forma de companhia. As pessoas

me assistem como se estivessem vendo algo junto comigo. Reajo a conteúdos com os quais me sinto confortável. Evito coisas de TV aberta, porque sei que o risco de derrubar é maior - relata a youtuber. No início, Jenny fazia vídeos autorais e chegou a conquistar um público fiel, mas limitado. Foi ao reagir a vídeos que encontrou um caminho para crescer na internet - acompanhando tendências, reality shows e os temas mais comentados nas redes. Com um estilo que mistura crítica social, ironia e comentários sobre atualidades e fofocas, ela assume, porém, escolher cuidadosamente o que assiste, visto que já teve experiências ruins com bloqueios. Um vídeo seu reagindo ao programa Pesadelo na Cozinha chegou a 100 mil visualizações quando foi barrado por direitos autorais da Band.

Para não perder o canal, ela precisou deletar os conteúdos às pressas. - Com todo esse dilema, acredito que em um futuro próximo o react pode caminhar para acordos mais claros entre criadores e detentores dos conteúdos. Já estou com a cabeça pronta. Se tiver uma comunicação, todo mundo ganha. Tem gente que me conhece por causa do react, e os donos dos vídeos também ganham visibilidade. Uma mão lava a outra - defende. Burlando a lei Na tentativa de evitar que seus vídeos sejam derrubados por violação de direitos autorais, é comum criadores recorrerem a truques como inverter a imagem, aplicar filtros, redimensionar a tela ou alterar a velocidade do conteúdo original, que pode ser um filme ou uma transmissão de futebol, por exemplo. Essas modificações visam burlar os sistemas automatizados das plataformas, como o Content ID do YouTube - ferramenta que identifica trechos protegidos por copyright e permite que o autor original bloqueie o vídeo ou reivindique a receita gerada. Mas, do ponto de vista legal, essas alterações cosméticas não eliminam a infração.

Segundo a advogada Gabriela Payne Zerbini, es-



Continuação: Populares na internet, 'reacts' resultam em ações judiciais, vídeos derrubados e disputas por direitos autorais

pecialista em propriedade intelectual, mesmo que o vídeo "passe" pelos filtros da plataforma, o conteúdo original continua sendo usado sem autorização, o que configura violação. Além disso, o uso de artifícios para mascarar a infração pode ser interpretado como má-fé, o que agrava a responsabilidade do criador. Nesse caso, o autor prejudicado pode entrar com ações judiciais mais severas, e a plataforma pode aplicar sanções administrativas, como strikes, remoção do vídeo, bloqueio do canal ou perda de mo-

netização. - O ideal é que o "react" não seja apenas uma cópia. A autorização prévia continua sendo a forma mais segura de evitar litígios, visto que elimina o risco de interpretação subjetiva sobre o uso injusto. O recomendado é, sempre que possível, limitar a exibição do vídeo original ao mínimo necessário para a finalidade do comentário - orienta Zerbini.

# Indígenas criticam apropriação cultural em adornos gaúchos

ÚLTIMAS

Grafismos da etnia kaingáng teriam sido incorporados ao tradicionalismo gaúcho sem o devido reconhecimento. O movimento tradicionalista gaúcho, caracterizado por costumes gastronômicos, artísticos e de vestimenta, é uma corrente cultural presente tanto no Rio Grande do Sul, quanto em outros estados do Sul do Brasil e em regiões da Argentina, Uruguai e Paraguai. Essa tradição, porém, teria se apropriado de símbolos indígenas. [regiao sulaprop](#)

O tradicionalismo gaúcho se originou da miscigenação de culturas pré-existentes no território e de imigrantes. Um

estudo publicado em abril de 2025 analisou os símbolos da etnia kaingáng e sua relação com a cultura gaúcha. Os pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul (UCS) identificaram a apropriação de diversos grafismos indígenas por esse movimento.

"O movimento tradicionalista há anos faz uso dos grafismos indígenas do Rio Grande do Sul, caracterizando não só o abafamento dessa cultura como a apropriação de seus manifestos", destaca o estudo dos historiadores Francisco Ailton Santos e Juliane Petry Panozzo Cescon.

Os grafismos da etnia dizem respeito à ancestralidade e são símbolos de identidade e potência. Segundo uma das fundadoras do Instituto Kaingáng, Susana Kaingáng, a origem dos símbolos se dá a partir de uma jornada traçada por dois irmãos gêmeos kaingáng, que descem de uma montanha por lados opostos.

Um deles, o Kamé, saiu por um caminho pedregoso e fez muito esforço na sua caminhada. Assim ele desenvolveu músculos e força, além de se relacionar com animais diurnos. Já o Kairú, que desceu por uma

planície, estabeleceu um contato mais longo com os animais da noite e com a lua e expõe traços mais delicados.

Dessa forma, os Kamé representam a força dos guerreiros kaingáng, enquanto os Kairú demonstram o lado espiritual. "Cada um deles tem a sua pintura, as suas habilidades e as suas relações com os seres da natureza", afirma Susana.

Os Kamé são representados por linhas e pela marca aberta, enquanto os Kairú têm sua forma gráfica em círculos e são fechados. Esses símbolos guiam as linhagens familiares, pois orientam os casamentos, ou seja, uma pessoa que tem a origem Kamé deve casar-se com um Kairú.

Origem do artesanato

"O grafismo é a nossa marca de nascença", afirma Lenice de Oliveira Kaingáng. Ela e o marido, Joceli Sales Kaingáng, são professores na Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental Augusto Opé da Silva, que fica na Aldeia Kaingáng Três Soitas, na cidade de Santa Maria. A instituição é uma das poucas do Rio Grande do Sul que tem o ensino baseado na cultura indígena.

Joceli explica que os grafismos deram origem ao artesanato. "A nossa cultura sempre foi baseada na oralidade, mas, no final do século 20, houve a necessidade de formar a nossa identidade, mais especificamente a dos grupos Kamé e Kairú, por meio das pinturas. As marcas começaram no artesanato e viraram também pintura corporal."

De acordo com a advogada e Diretora Executiva do Instituto Indígena Brasileiro para **Propriedade** Intelectual, Fernanda Jófej Kaingáng, esses símbolos definem as relações sociais do seu povo. "Os gra-

fismos são uma forma de transmitir informações do indivíduo kaingáng sobre quem é aquela pessoa, de qual família ela faz parte e qual posição social ela ocupa."

Os grafismos do ponto de vista jurídico

Fernanda explica que as Expressões Culturais Tradicionais (ECTs), as quais englobam os grafismos, constam na legislação brasileira como parte do patrimônio cultural e têm uma série de instrumentos de proteção.

De acordo com a advogada, a violação dos **direitos** autorais ocorre com frequência nos adornos do tradicionalismo gaúcho, que teriam se apropriado de grafismos kaingáng que seriam utilizados de forma vazia para compor vestimentas sem valorizar a sua origem. Essa apropriação, segundo ela, constitui uma ofensa aos **direitos** autorais e à própria identidade do povo.

Fernanda argumenta que esse fenômeno é proveniente de uma histórica negação de direitos, que teve início com as práticas coloniais que nunca foram extintas do modo de viver brasileiro. Dessa forma, após a tomada de terras e exploração realizados de 1500 a 1822, período correspondente ao colonialismo brasileiro, passou-se a negar e expropriar a cultura dos povos indígenas.

No Brasil e internacionalmente, existem alguns órgãos de proteção às expressões culturais indígenas, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Entretanto, essas instituições declaram o patrimônio cultural kaingáng como do Brasil, o que, na visão de Fernanda, é equivocado, já que os povos indígenas já

Continuação: Indígenas criticam apropriação cultural em adornos gaúchos

existiam antes do Brasil se consolidar como nação.

"É uma imposição de um marco temporal europeu e colonizador. Nós não aceitamos. Ele precisa ser reconhecido como patrimônio coletivo do nosso povo", destaca a advogada.

Identidade emprestada

Joceli ainda tece uma crítica ao afirmar que a identidade gaúcha é toda construída em cima de outras culturas pré-existentes. Ele aponta que o tradicionalismo não tem uma identidade própria, já que os Centro de Tradições Gaúchas (CTGs) se formaram apenas a partir da década 1980. Dessa forma, para além dos grafismos kaingáng, eles se apropriaram de uma série de elementos de outras etnias para constituir sua cultura.

O professor relata que se sente frustrado com a falta de reconhecimento e o descaso que a cultura tradicionalista tem ao utilizar e monetizar itens cosmológicos sem dar a devida importância às simbologias. "Nós, indígenas kaingáng, também queremos aparecer na identidade rio-grandense", acrescenta.

Em 2022, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG) vetou a utilização figuras geométricas contínuas na pilcha gaúcha - indumentária tradicionalista. "O fundamento da medida está ligado à preservação da identidade cultural gaúcha. Ainda que se reconheça que elementos da tecelagem andina exerceram influência sobre os usos e costumes do povo sul-rio-grandense, não há registro histórico que comprove o uso contínuo dessas padronagens na indumentária tradicional do Rio Grande do Sul", afirma a diretora de cultura do MTG, Carla Thoen.

Continuação: Indígenas criticam apropriação cultural em adornos gaúchos

Tanto a sede do MTG quanto a unidade catarinense argumentam que esses padrões seriam andinos. De acordo com Carla, esses símbolos representam um processo de fusão de culturas por longo contato e, por isso, não são mais aceitos como parte do traje de eventos oficiais.

Apesar da proibição, o estudo da UCS encontrou mais de 30 itens que utilizavam grafismos indígenas numa loja de pilchas gauchescas em Caxias do Sul.

# CAS debate incorporação de novas tecnologias no setor de saúde

NOTÍCIAS



Da Agência Senado | 17/10/2025, 12h56

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) promove na segunda-feira (20), às 14h, audiência pública para discutir "ações e desafios do desenvolvimento em saúde e o uso de novas tecnologias no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde (Ceis)". O debate foi pedido pela senadora Mara Gabrilli (P-SD-SP) e pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (M-DB-PB).

Pelo requerimento da senadora (REQ 91/2025 - CAS), serão ouvidos representantes do governo, da indústria e da academia para avaliar como a inovação pode fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) e melhorar a qualidade de vida da população. De acordo com Mara Gabrilli, o objetivo é identificar barreiras técnicas, regulatórias e políticas que dificultam a inovação no país e propor estratégias para consolidar um ecossistema nacional de desenvolvimento em saúde.

"O mundo pós-pandemia da covid-19 está sendo desafiado a promover a pesquisa, a inovação e o desenvolvimento local como um meio essencial de assegurar e manter a soberania de um povo e de sua nação no contexto global", afirma Mara Gabrilli no requerimento.

## Complexo industrial

O Complexo Econômico-Industrial da Saúde é o conjunto de empresas, instituições públicas e serviços que produzem tudo o que o sistema de saúde precisa para funcionar, de medicamentos, vacinas e equipamentos hospitalares até tecnologias de diagnóstico, pesquisa e inovação.

O Ministério da Saúde coordena essas ações por meio do Departamento do Complexo Econômico-Industrial da Saúde e de Inovação para o SUS (Deceiis), responsável por planejar políticas de incentivo à produção nacional e apoiar parcerias entre o setor público, a indústria e a academia.

A ideia da política pública é integrar indústria, ciência e políticas públicas, fortalecendo a capacidade do Brasil de produzir seus próprios insumos e tecnologias para o SUS.

## Convidados confirmados:

Thiago de Mello, coordenador-geral de Ciência da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

Thiago de Mello, coordenador-geral de Ciência da Saúde, Biotecnológicas e Agrárias do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI); Helaine Capucho, diretora de Acesso ao Mercado da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**);

Helaine Capucho, diretora de Acesso ao Mercado da **Associação** da Indústria Farmacêutica de Pesquisa (**Interfarma**); Norberto Prestes, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi);

Continuação: CAS debate incorporação de novas tecnologias no setor de saúde

Norberto Prestes, presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Insumos Farmacêuticos (Abiquifi); Andrey Vilas Boas Freitas, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina);

Andrey Vilas Boas Freitas, presidente-executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (Abifina); Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma);

Nelson Mussolini, presidente-executivo do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma); Julieta Maria Cardoso Palmeira, gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**);

Julieta Maria Cardoso Palmeira, gerente do Departamento Regional do Centro-Oeste da Financiadora de Estudos e Projetos (**Finep**); Tatiana

Sampaio, bióloga e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ);

Tatiana Sampaio, bióloga e pesquisadora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Bruno Drummond de Freitas, pessoa com lesão medular e participante de estudo experimental com produto inovador brasileiro.

Como participar O evento será interativo: os cidadãos podem enviar perguntas e comentários pelo telefone da Ouvidoria do Senado (0800 061 2211) ou pelo Portal e Cidadania, que podem ser lidos e respondidos pelos senadores e debatedores ao vivo. O Senado oferece uma declaração de participação, que pode ser usada como hora de atividade complementar em curso universitário, por exemplo. O Portal e Cidadania também recebe a opinião dos cidadãos sobre os projetos em tramitação no Senado, além de sugestões para novas leis.

## Parceria entre produtor rural e Ifes resulta em tecnologias agrícolas com pedidos de patente

Colaboração transformou desafios do campo em soluções tecnológicas, com pedidos de patente em andamento no **INPI**.

Um desafio antigo entre produtores rurais, o árduo processo manual de peneiramento e limpeza de grãos, inspirou uma parceria entre o produtor capixaba Anatalício dos Reis Silva, de Vargem Alta (ES) e estudantes do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) - Campus Cachoeiro de Itapemirim. Dessa união entre o saber do campo e o conhecimento acadêmico, foram desenvolvidas três tecnologias agrícolas, atualmente com pedidos de patente em análise no **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**).

Tudo começou com o incômodo do produtor rural diante do esforço físico e do tempo gasto no peneiramento manual do café. Buscando uma solução prática, Anatalício desenvolveu um protótipo artesanal para mecanizar o processo, que mais tarde se transformou em sua primeira patente, intitulada "Equipamento para Peneirar, Limpar e Ensacar Grãos" (BR 02023085-8 A2).

A invenção chamou a atenção de professores e estudantes do curso de Engenharia Mecânica do Campus Cachoeiro de Itapemirim, que enxergaram no equipamento uma oportunidade de aperfeiçoamento tecnológico e de impacto social. Em 202, sob a orientação do professor Marcelo Chagas, os estudantes Igor Falcão Tosi, Paulo Henrique Padovani Lozorio e Adielson Norbiato Soares iniciaram uma pesquisa para aprimorar a eficiência e a ergonomia da máquina. O trabalho conjunto resultou em três novos pedidos de patente de propriedade do Ifes, atualmente em análise pelo **Instituto** Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**).

"A gente começou esse processo a partir da ideia do seu Anatalício. Foi um desafio de engenharia que vi-

rou um projeto real, com impacto no campo. Hoje, temos um equipamento funcional e competitivo", lembra o engenheiro Adielson Norbiato Soares, um dos inventores.

Entre as invenções desenvolvidas estão: o Equipamento para Peneirar, Limpar e Ensacar Grãos - sistema leve e portátil acionado por motor estacionário, substituindo o trabalho manual (BR 02023085-8 A2); o Equipamento para Pré-Limpeza e Separação de Grãos de Pequeno Porte - modelo elétrico, de baixo consumo, capaz de processar até 8 sacos por hora, com controle de velocidade e segurança (BR 20202305679-2 U2); e o Disposição Construtiva em Máquina para Peneirar, Limpar e Ensacar Grãos de Café - versão ecológica movida a energia solar, que alia eficiência, ergonomia e sustentabilidade (BR 20202305784-5 U2).

Esses avanços consolidaram o amadurecimento tecnológico que levou à criação da AMIP - Soluções em Máquinas Agrícolas, empreendimento graduado pelo Ifes em 2024 e apoiada por editais da Fapes e programas de inovação como o Centelha. Durante o período de incubação, a empresa recebeu suporte técnico e de gestão da Incubadora do Ifes - Campus Cachoeiro, participando de editais e firmando parcerias com cooperativas agrícolas.

Segundo Adielson, o apoio do Ifes e da Fapes foi importante para transformar o projeto acadêmico em produtos competitivos. "A incubadora foi decisiva na estruturação do negócio. Com o Centelha e os editais da Fapes, conseguimos dar forma à empresa e levar o equipamento para feiras e demonstrações. Hoje, temos um produto consolidado e pronto para o mercado", pontuou.

Os resultados do trabalho também conquistaram reconhecimento nacional. Recentemente, Anatalício foi premiado na 4ª edição da InnovaCities - Feira In-



Continuação: Parceria entre produtor rural e Ifes resulta em tecnologias agrícolas com pedidos de patente

ternacional de Cidades Inteligentes, Alegres, Humanas e Resilientes, realizada em setembro, em Foz do Iguaçu (PR). O produtor alcançou o 1º lugar nas categorias Diversidade e Tecnologia para Equidade e Sustentabilidade Urbana e o 3º lugar em Governança e Políticas Públicas Inclusivas, tendo como destaque

a primeira tecnologia desenvolvida em parceria com o Ifes.

Fonte: Agifes

## Brasil e Índia firmam parceria para ampliar produção de vacinas



Acordo entre Fiocruz e empresa indiana prevê transferência de tecnologia e desenvolvimento conjunto de imunizantes

O Brasil firmou um acordo de cooperação internacional com a empresa indiana Biological E Limited para fortalecer a pesquisa e a produção de vacinas. A parceria, assinada nesta sexta-feira (17) em Nova Délhi, durante missão oficial liderada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, tem como foco o desenvolvimento tecnológico e a inovação em imunobiológicos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), no contexto de cooperação entre países do Sul Global.

O acordo estabelece bases para o desenvolvimento conjunto de vacinas virais e bacterianas, com destaque para a pneumocócica 24 valente, além de prever a transferência de tecnologia da versão 14 valente. A colaboração busca ampliar a autonomia do Brasil na produção de imunizantes, assegurando o fornecimento nacional para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Além da pesquisa científica, a parceria inclui cooperação técnica e científica em áreas como inovação, vigilância epidemiológica e **propriedade** intelectual. A Biological E Limited contribuirá com sua expertise e capacidade produtiva, enquanto a Bio-Manguinhos/Fiocruz oferecerá estrutura, rede de pesquisa e integração com o SUS. O governo brasileiro considera a iniciativa estratégica para fortalecer a soberania tecnológica do país e garantir o desenvolvimento de novas vacinas de interesse público.

## Índice remissivo de assuntos

**Marco regulatório | INPI**  
4, 6, 7, 8, 22

**Patentes**  
4

**Propriedade Industrial**  
4, 6, 7, 8, 22

**Direitos Autorais**  
5, 10, 14, 17

**Denominação de Origem**  
6

**Propriedade Intelectual**  
8, 12, 14, 17, 24

**ABPI**  
12

**Entidades**  
20